

AS NAÇÕES UNIDAS, A INDONÉSIA E TIMOR-LESTE

O Cáucaso: uma encruzilhada de tribos, impérios e nações*

Fernando Martins

Departamento de História da Universidade de Évora e cidehus/ue

O Cáucaso pode ser comparado a uma poderosa cidadela, por natureza maravilhosamente forte... só um homem imprevidente tentará escalar tal baluarte.

Veliaminov, general russo, 1825

*Agradeço aos Drs. Fernando Costa e Pedro Aires Oliveira a leitura e os comentários que fizeram à primeira versão deste texto. Naturalmente, não são responsáveis pelos erros e omissões.

Diz a lenda que quando um general do Exército do Czar, ignorando os avisos do povo, violou a tradição que impedia o derrube de árvores nas montanhas da Abcásia, obrigando um grupo de trabalhadores autóctones ao corte de madeira, sucedeu que no momento em que a primeira árvore foi abatida, o dito general tombou de imediato, vítima de paralisia. Em Lykhny, igualmente na Abcásia, encontra-se uma árvore sagrada junto da qual, em Junho de 1989, se reuniram milhares de abcásios para proclamarem a «Declaração de Lykhny». Neste documento reclamava-se a restauração completa e absoluta do estatuto de República no seio da União Soviética. Pode parecer estranho que uma declaração política de tal importância tenha sido produzida ao «ar livre», junto de uma árvore, naquilo que parece ser um culto de contornos estranhos, que de repente nos poderá fazer recordar o romance de John Steinbeck, *To a God Unknown*. A verdade é que para o povo abcásio, um dos muitos do Cáucaso, as árvores contam. A sua conversão a duas religiões universais, ao Cristianismo, no século vi, e ao Islão, a partir do século viii, como consequência do avanço dos árabes sunitas, foi menos perene do que as velhas formas de reverência tanto por «objectos naturais» como pelos mortos¹. Na Abcásia, no meio da miséria generalizada que hoje impera², o ministro do Ambiente pode pelo menos regozijar-se pelo facto das populações preservarem uma saudável «cultura de utilização da natureza». Por tradição, e para além de tudo o mais, isto significa que numa batida de caça raramente se mata mais do que um animal³. Mais importante será sublinhar que grande parte dos povos da região do Cáucaso, e não apenas os abcásios, pôde casar de uma forma singular o animismo pagão com o islamismo. Este facto, que por si só, pode ser visto como o sintoma de uma forte identidade étnica, justifica não apenas uma enorme dose de patriotismo mas ainda, em momentos mais recentes, o seu sentimento proto-nacionalista e nacionalista.

Normalmente, quando alguém estranho ao Cáucaso sobre ele se interroga, tende a fazê-lo na busca de uma região do globo, de um palco privilegiado, onde no passado, no presente e no futuro, se produziu, produz e produzirá, o exemplo de um choque de civilizações de alcance necessariamente dramático. No Cáucaso, em sentido lato – incluindo portanto a Transcaucásia, o Pequeno Cáucaso e o Cáucaso do Norte –, a presença de (simplificando) duas religiões universais, de dois modelos civilizacionais concorrentes, o avanço e recuo de uns e de outros, os confrontos e os equilíbrios precários, são problemas normalmente interpretados como reflexo de um conflito secular necessário que, aliás, transcende a própria região⁴. Penso ser não apenas possível mas também desejável demonstrar que a questão religiosa e, portanto, civilizacional, é apenas uma das variáveis, e não necessariamente uma das mais importantes, que explicam a instabilidade do Cáucaso. Têm sido, sobretudo, a política e a geoestratégia a tornarem o Cáucaso um pólo de instabilidade secular, pelo que as questões civilizacionais são apenas mais um argumento utilizado para justificar determinadas atitudes tomadas pelas principais potências com interesses na região e nas suas imediações. Embora na actualidade, como no último par de séculos, as razões para a insegurança vivida se possam reduzir quase exclusivamente a um confronto entre, por um lado, a Rússia – enquanto representante dos valores do cristianismo ortodoxo –, e a Turquia e o Irão – no papel de representantes de duas modalidades de uma só religião universal, o islamismo, a verdade é que passadas e presentes situações de maior conflito ou maior estabilidade foram o produto de desentendimentos ou entendimentos políticos entre aquelas potências, independentemente das suas origens civilizacionais, e nos quais as próprias populações da região se envolveram – chechenos, ossétios, arménios, georgianos, azeris ou abscásios, entre outros –, independentemente de serem cristãos ou muçulmanas, apoiando-se de forma indiferenciada e sem preconceito civilizacional, em cada uma daquelas três grandes potências, e funcionando ora como meros objectos, ora como sujeitos particularmente activos⁵. Para além da comunhão religioso-civilizacional, foram os interesses das grandes potências e dos múltiplos povos do Cáucaso que determinaram o momento, o local e a razão da conflitualidade ou de uma convivência pacífica, e não qualquer predisposição civilizacional para o confronto e, sobretudo, para o confronto violento⁶.

O meio

Quem lance uma rápida vista de olhos pela paisagem do Cáucaso, não terá dificuldade em imaginar o paraíso. Muito abaixo dos cumes gelados daquela que é uma imponente cordilheira montanhosa, encontram-se belas vinhas e férteis pomares carregados de fruta. Se nos fixarmos um pouco mais atentamente, hoje, como no passado, também veremos povoações em ruínas e tropas, grupos de milícias ou forças «convencionais», movimentando-se discretamente ou em demonstração ostensiva de força. Quase desde a origem dos tempos, e por razões que ficarão sempre por explicar de forma definitiva, existiram no Cáucaso e nas suas imediações disputas territoriais e uma enorme sede de independência, numa manifestação de identidade que desafia as explicações adiantadas pelos mais bem conseguidos manuais de história. Imediatamente após a desintegração da União Soviética, em 1991, o Cáucaso fez justiça ao seu passado de instabilidade e violência numa sucessão de conflitos que envolveram directa ou indirectamente todos os povos da região e todos aqueles que com ela fazem fronteira e partilham interesses.

A primeira razão, embora não necessariamente a mais importante, da «volatilidade» do Cáucaso prende-se com a sua complexidade étnica. Esta complexidade é uma consequência da geografia física, do carácter periférico da região e, embora possa parecer contraditório, do facto de ser um ponto de passagem entre os hemisférios norte e sul da imensa massa continental que é a Euroásia. No Cáucaso (con)vivem cerca de cinquenta grupos étnicos e nacionalidades. Estes povos vão desde os seis milhões de azeris de origem turca, aos cerca de seis mil hudis, cinco mil tindis, três mil kubachis ou duzentos ginukhs. Enquanto os azeris, tal como os arménios e georgianos constituíram, com inúmeras dificuldades, após 1991, três novos Estados independentes (Azerbaijão, Arménia e Geórgia), os ginukhs e outros povos de características idênticas conheceram e procuram um destino necessariamente diferente mas que lhes permita garantirem a preservação da sua identidade⁷. Entre os ginukhs – alojados com cerca de outros quarenta grupos nas regiões montanhosas da república russa do Daguestão –, por um lado, e azeris, arménios e georgianos, por outro, existe um conjunto de povos não apenas mais numeroso mas, sobretudo, manifestando uma enorme vontade independentista naquilo que respeita ao já secular domínio russo. Tratando-se quase todos eles de povos muçulmanos, sempre desprezaram os russos e a Rússia, ao mesmo tempo que se identificavam com os seus correligionários islâmicos do Próximo e Médio Oriente. Mas isto não significa que nas disputas que pelo menos desde finais do século xviii opuseram no Cáucaso russos, turcos e iranianos, as populações autóctones sempre aceitassem sem resistência a suserania dos seus putativos patronos. Aquele que parece ser o mais indomável povo das montanhas do Cáucaso, o checheno, sempre considerou meramente instrumental o apoio que os impérios otomano ou persa lhe poderiam dispensar na sua luta contra o ocupante russo. O objectivo primeiro da luta dos chechenos – como, aliás, dos circasianos ou avaros –, consistiu sempre em garantir o maior grau possível de autonomia e independência⁸.

Mas os problemas político-militares no Cáucaso não têm apenas que ver, nem sobretudo que ver, com as lutas dos povos da região contra a presença imposta pela força a partir do exterior. Arménios e azeris lutaram em vários momentos da sua história, o mesmo acontecendo com as gentes da Geórgia, por um lado, e os povos da Ossétia e da Abcásia, por outro. Os ossétios têm conflitos pendentes com os inguchos, sendo que neste caso, como noutros, existe uma mão de Estaline e das vicissitudes da história do império soviético.

As montanhas do Cáucaso constituem uma enorme barreira ou fronteira, tanto geográfica como histórica, estendendo-se através de um extenso istmo, de cerca de 1250 km, separando o Mar Negro do Mar Cáspio, no extremo sul daquilo que durante muito tempo foi o império russo, depois a União Soviética e actualmente a Comunidade de Estados Independentes (cei). Se este conjunto montanhoso fosse considerado europeu, poder-se-ia afirmar que ali se encontravam os picos mais elevados do «velho continente», nomeadamente o Monte Elbrus, com o seu ponto mais alto situado a 5642 metros. Embora pela sua situação geográfica o Cáucaso possa ser considerado europeu, o seu meio político, social e civilizacional, bem como aquele que o rodeia, é indiscutivelmente asiático. Por outro lado, apenas uma análise superficial pode considerar o cenário sócio-político de confronto ou convívio de civilizações ali existente, comparável à realidade dos Balcãs. O Cáucaso é, ou pelo menos sempre foi considerado, uma realidade da Ásia mais ocidental, pelo que toda a estrutura física e humana que lhe dá forma acaba por ser

considerada como parte daquele conjunto de linhas montanhosas que separa a Europa da Ásia (tal como acontece com os Urais), mas que se convencionou considerar pertença deste último continente.

Tratando-se, numa definição geográfica estrita, de uma cadeia montanhosa raramente inferior a 2000 metros de altitude, o Cáucaso sempre foi extraordinariamente difícil de penetrar. Daí que tenha servido de refúgio a um enorme conjunto de povos e culturas, cujo principal, mas não único, denominador comum do último milénio foi o islamismo, para além do carácter rudimentar das suas estruturas sócio-políticas e económicas. Uma designação, mais política do que geográfica, do Cáucaso faz com que este se estenda desde os maciços situados a sul de Tbilissi (capital da Geórgia), e conhecidos por Pequeno Cáucaso, até aos territórios da República da Federação Russa (o Cáucaso do Norte), a que pertencem, entre outros, os povos do Daguestão, os cabardinos e balcários, a Ossétia do Norte, os chechenos e os inguchos, os adigues e os caratchais, além dos cherqueses, dele fazendo ainda parte os territórios dos três Estados da Transcaucásia (Arménia, Azerbaijão e Geórgia), situados, em boa parte, para lá da encosta sul da região mais densamente montanhosa.

Os recursos naturais do Cáucaso foram sempre uma realidade tida em conta, tanto pelas potências situadas nas suas imediações, como pelas próprias populações autóctones. Uma boa parte da região possuía e possui um clima mais suave que o dos seus vizinhos situados a norte e a sul. Este facto, a que se junta o relevo, permite que a agricultura e a pecuária se façam em condições que permitem a produção de um conjunto de bens que na Turquia, no Irão ou na Rússia são relativamente raros e de menor qualidade. Por outro lado, em fatias importantes do Cáucaso o subsolo é rico, tendo nos últimos anos assumido grande importância a descoberta da verdadeira dimensão dos seus recursos em petróleo e gás natural⁹. É pois indiscutível que tanto a geografia como os recursos que possui, reforçam a importância e a complexidade de toda a região, tornando-se condição tanto para a tentação da intervenção externa, como para a existência de instabilidade interna.

Conquistas do Cáucaso

Pelo menos aos olhos de hoje, a importância do Cáucaso naquilo que poderíamos designar por política internacional na chamada época moderna e contemporânea tem início com o avolumar do reconhecimento da importância estratégica do Mar Negro pela Rússia, e ainda com aquele que foi o primeiro sinal claro do refluxo do poder otomano após a derrota em Viena no ano de 1683. Estes dois factos coincidem cronologicamente com um terceiro: o início do reinado de Pedro O Grande (1689-1725). Mas o Cáucaso, cuja importância para a Rússia dependia do valor estratégico, em si mesmo, do Mar Negro (e do Mar de Azov), de um lado, e do Mar Cáspio, do outro, revelou-se ainda numa peça importante naquele que foi o avanço russo em direcção à Ásia Central. No entanto, a penetração russa em direcção a sul, nomeadamente no sentido das margens do Mar Negro e do Mar de Azov, apenas se repercutiu directamente na região do Cáucaso na última década do século xviii¹⁰.

Antes da chegada em força dos russos, do século xv até ao fim do reinado de Catarina da Rússia (1762-1796), o Cáucaso foi, essencialmente, palco de conflitos entre os povos da região, mas, sobretudo, de uma encarnizada disputa entre os impérios persa e otomano, num testemunho claro de que toda a instabilidade vivida na região ultrapassou sempre pressupostos de natureza religiosa e civilizacional. Entre 1453 e 1478, Uzun Hasan

conduziu a dinastia turcomana dos Ak-Koyunlu (que governava a maior parte do Irão), à ocupação da Anatólia oriental e do Cáucaso. Submeteu a dinastia Kara-Koyunlu (1467), destruiu o último Estado timúrida e criou um império de que faziam parte o Irão, o Cáucaso e a Anatólia oriental. Em 1473, a batalha de Erzincan, que se saldou por uma derrota persa perante as tropas do Sultão otomano Mehmet ii, liquidou a jovem dinastia dos Ak-Koyunlu, tornando a Turquia na principal potência de grande parte da região do Cáucaso¹¹. Os acontecimentos compreendidos entre 1497 e 1525 desaguaram num período de anarquia cujo resultado mais importante e durável foi o triunfo do xiismo no Irão. Por volta de 1525, com o início do reinado do Xá Ismael, da dinastia Safávida, ficará confirmado o triunfo dos xiitas. Entre 1587-1629, depois de restabelecido o poder iraniano, o Xá 'Abbas i constituiu um exército na fronteira otomana, valendo-se da ajuda de técnicos britânicos. Derrotou os uzbequis e subtraiu uma vez mais aos otomanos o Azerbaijão e boa parte do Cáucaso (1603), além de conquistar território sob soberania da Sublime Porta no Iraque (1616). Em 1638, os otomanos, ao mesmo tempo que recuperam o Iraque, reconhecem a soberania da dinastia Safávida no Cáucaso e no Azerbaijão, após a assinatura do Tratado de Kasr-i Sirin. Quando, na década de 1720, a dinastia Safávida é desalojada do poder no Irão, como consequência de uma invasão vinda do Afeganistão, o Cáucaso e, em particular, o Azerbaijão, voltam ao domínio otomano, sendo de registar a ocupação temporária de Baku por forças militares do império russo. No entanto, ao longo do século xviii, os esforços e os resultados obtidos pela Rússia são visíveis sobretudo na bacia do Mar Negro, tendo os turcos como adversários. A anexação da Crimeia pela Rússia, em 1783, é o ponto alto de uma política cujos objectivos estratégicos tinham sido definidos por Pedro O Grande no início do século, mas que não incluíam o domínio do Cáucaso. Naquilo que a esta região diz respeito, importa sublinhar o facto de, em 1747, os otomanos terem uma vez mais sido obrigados a abandoná-lo, incluindo o tão cobiçado Azerbaijão.

O período que na história europeia coincide com as guerras revolucionárias e napoleónicas, com a chamada «era dos congressos», com a guerra russo-turca de 1823-1829 e, finalmente, com as revoluções algo túbias da década de 1830, equivale no Cáucaso à primeira etapa daquela que será a penetração russa. Um pouco antes, em 1783, com Catarina como Czarina, a Rússia tinha iniciado o estabelecimento de protectorados no Cáucaso, processo esse que conheceu avanços e recuos mas que nesta fase ficou concluído com a assinatura do Tratado de Adrianópolis em Setembro de 1829 e de uma convenção russo-turca em Janeiro de 1834¹², já no reinado de Nicolau i. Anteriormente, em 1807, após a celebração do tratado franco-iraniano de Finkenstein, e em plena guerra russo-iraniana no Cáucaso (iniciada em 1804), a França procurara incentivar as tentações persas de reconquista da Geórgia e de avanço sobre os ingleses na Índia. Com a celebração da Paz de Gulistão, em Teerão, em Dezembro de 1813, o fim do conflito entre russos e iranianos assegurou pela primeira vez a São Petersburgo o controlo efectivo de parte do Cáucaso oriental, o que na prática transformou o Mar Cáspio num lago russo. Por outro lado, existiam ainda condições para que os russos, discretamente, continuassem a manter uma forte pressão sobre a Turquia, especialmente no Cáucaso ocidental¹³. O reinício, em 1825, da guerra entre russos e persas, garantiu novas conquistas do Czar na região. A cidade de Erevan, na Arménia, e o Azerbaijão foram ocupados, pelo que na Paz de Turkmanchai (1828) o Irão reconheceu não apenas boa parte do avanço russo, como se comprometeu a pagar uma pesada indemnização aos seus antigos inimigos.

A Guerra da Crimeia

Aquele que foi o maior conflito militar envolvendo potências europeias entre o Congresso de Viena e o deflagrar da Grande Guerra, a Guerra da Crimeia (1853-1856), colocou uma vez mais em evidência a importância estratégica do Cáucaso. Agravou-se a situação existente de instabilidade, tanto pela relevância que lhe foi dada por potências como a Rússia, Império Otomano, Grã-Bretanha e Irão, como pelo comportamento de uma boa parte dos povos indígenas. Os seus dirigentes políticos aproveitaram a oportunidade, ligada às dificuldades externas conhecidas por São Petersburgo, para darem um novo impulso à sua luta contra a presença russa. Embora os principais cenários da Guerra da Crimeia tenham sido o Mar Negro e o Mar Báltico, além dos então chamados principados do Danúbio, ainda antes do início da confrontação militar o Exército russo estacionado no Cáucaso teve que reunir recursos e envolver-se, não naquilo que teria sido uma esperada invasão da Anatólia oriental, atacando os otomanos pela retaguarda e numa região que além de possuir importância estratégica era de difícil acesso para os principais aliados da Sublime Porta (França e Grã-Bretanha), mas sim em expedições punitivas contra os povos revoltosos da Circásia, Daguestão e Chechénia, comandados pelo Imã Shamil numa revolta que se estendeu de 1834 a 1859¹⁴. Esta iniciativa russa pretendia consolidar a sua retaguarda no Cáucaso de forma a fazer frente, com mais eficácia, a uma ofensiva turca na região esperada para Setembro de 1853. A estratégia das forças do Czar passaria por conter, no Verão, o levantamento no Daguestão e na Chechénia, para depois, em finais de Setembro, enviar tropas por via marítima em direcção a sul, reforçando a posição de Vorontsov na Transcaucásia. Sendo preocupante a exposição das tropas russas a um eventual ataque turco na Transcaucásia e no Cáucaso, chegou a ser equacionada a possibilidade de estabelecimento de uma aliança com o Irão a troco da concessão de algumas províncias otomanas, facto que, de qualquer forma, não se confirmou¹⁵. Iniciada a Guerra da Crimeia, verdade foi que apenas no Cáucaso e na Transcaucásia puderam os russos levar a cabo iniciativas cujos resultados militares foram satisfatórios. Tendo como objectivo inicial proteger a Geórgia e a Arménia dos turcos, além de preparar um avanço para a Anatólia oriental, a iniciativa russa acabou por conduzir à ocupação de Bayazid, situada no percurso de uma importante rota de caravanas, aprontando-se depois o avanço sobre Kars (mais a Norte), aquele que na região era o principal ponto estratégico. A conquista de Kars, em Dezembro de 1855, após um cerco de duração e custos apreciáveis – particularmente importante por ter sucedido à queda de Sebastopol –, praticamente aniquilou o Exército turco da Anatólia. Para os russos, o êxito relativo da campanha militar no Cáucaso, no plano mais geral de uma guerra que redundou numa humilhação total, e em particular a conquista de Kars, serviu como uma das poucas moedas de troca à mesa das negociações em Paris. A partir daqui, as tentativas de alguns dirigentes britânicos de linha dura, que tinham como objectivo o lançamento de uma ofensiva militar turca para a libertação da Geórgia, acabariam por não ser executadas¹⁶. Feitas as contas, a Guerra da Crimeia, que produziu uma extensa derrota russa nos Mares Báltico e Negro, presenteou o Czar com um êxito, não apenas moral, no Cáucaso. As grandes ofensivas militares contra a Rússia no Daguestão e na Circásia fracassaram ainda antes do início do conflito, da mesma forma que as tentativas turcas e britânicas de incendiarem o Cáucaso com base em razões de natureza étnica, opondo boa parte das populações autóctones a uma cada vez maior presença política e militar de Moscovo, também não tiveram quaisquer resultados¹⁷. Feita

a paz, os russos possuíam não apenas uma posição mais confortável no Cáucaso e na Transcaucásia, como do ponto de vista militar tinham ganho uma experiência que se mostraria decisiva na subjugação do Cáucaso conseguida por meados da década de 1860. Terminada esta missão, foi possível deslocar tropas para lá do Mar Cáspio, tendo em 1865 início a conquista da Ásia Central situada a sul do Cazaquistão, facto que provocou receios infundáveis por parte de alguns sectores imperialistas britânicos que imaginavam tropas russas banhando-se tanto no Golfo Pérsico como no Oceano Índico¹⁸.

Russificação do Cáucaso

A forma como evoluiu, nomeadamente ao longo do século XIX, o relacionamento entre a Rússia e os dois povos cristãos da Transcaucásia – georgianos e arménios –, demonstra à exaustão a natureza não civilizacional da conflitualidade que historicamente tem assolado o conjunto dos territórios compreendidos entre o Mar Negro e o Mar Cáspio. É verdade que, desde os tempos de Pedro O Grande, o espírito de Cruzada contra o islamismo tinha ganho novo fôlego. Presumiu-se que uma aliança natural entre austríacos e russos conduziria, eventualmente, à libertação dos povos cristãos dos Balcãs e da Transcaucásia. No entanto, a luta contra o Islão, que neste caso era contra o Turco e os seus reais ou presumíveis aliados na Europa e na Ásia, tinha, do ponto de vista russo, causas militares e geoestratégicas, realidade que os povos cristãos do Cáucaso e Transcaucásia cedo ou tarde sentiram na pele. Pretendia-se, em primeiro lugar, pôr fim às depredações levadas a cabo de forma recorrente pelos seus inimigos (por acaso islamitas), que a partir da Crimeia e do seu entorno, mas ainda do norte do Cáucaso e das imediações do Mar Cáspio, punham em causa a segurança dos súbditos do Czar. Por outro lado, os russos desejavam, por razões de geoestratégia, ter sob a sua alçada, além da maior fatia possível das margens do Mar Negro, do Mar Cáspio e da foz do Danúbio. Até à segunda metade do século XIX, os sucessivos conflitos que tiveram lugar no Cáucaso pretendiam, do ponto de vista russo, não a «libertação» das populações cristãs, até porque a sua «libertação» equivalia a uma integração mais ou menos forçada no império russo, mas sim impedir a consolidação do poder otomano ou persa e dos seus aliados na região. Os russos pensavam reforçar a segurança daquela zona fronteiriça através da eliminação de qualquer influência islâmica vinda do exterior sobre as populações muçulmanas fixadas a norte do Cáucaso. Por outro lado, ficava protegido o flanco sul das movimentações militares orientadas para a conquista da Ásia Central. Finalmente, uma forte presença russa no Cáucaso abria as portas para um avanço em direcção à Pérsia ou à Anatólia no momento em que iranianos ou turcos conhecessem dificuldades de natureza interna ou externa¹⁹.

Os georgianos, de religião ortodoxa, foram ao longo da sua história um povo de camponeses tutelados por uma aristocracia fundiária. Constituíram-se num reino até finais do século XVIII, reino esse que não era afinal mais do que uma espécie de confederação de principados enfiada entre os impérios otomano e persa. Os arménios, pelo contrário, eram sobretudo negociantes, artesãos e gente exercendo actividades na área da medicina ou do direito que seguiam fé «monofisita gregoriana». Na Idade Média tinham possuído o seu próprio reino, reino esse que no século XVIII se encontrava na sua quase totalidade sob ocupação otomana. Esta perda de independência formal não significou, pelo menos até à segunda metade do século XIX, qualquer fricção significativa com os turcos. Na qualidade de comunidade com características próprias no domínio

étnico e religioso, era-lhe reconhecido o direito de autogoverno. Por outro lado, uma parte do antigo reino da Arménia e um cada vez maior número de arménios passara a depender dos diversos khans que compunham o império persa²⁰. Com os respectivos territórios objecto de cobiça por parte de dois grandes impérios – o otomano e o persa – é natural que arménios e georgianos tivessem olhado para uma terceira potência – neste caso a Rússia – em busca de protecção. Mas tratando-se de uma realidade complexa em que o factor religioso se revelava na prática um mero acaso, os resultados da «cooperação» ficaram aquém do desejado nos planos dos anfitriões²¹.

Na segunda metade do século XIX teve lugar uma importante evolução política e social no seio dos dois antigos reinos cristãos da Transcaucásia que no passado tinham procurado, sob várias formas, a protecção da Rússia ortodoxa. Este período caracterizou-se em todo o Cáucaso, bem como noutras regiões do Império mais adversas a um processo de «russificação», por uma resistência tenaz, algumas vezes violenta, ao imperialismo russo. A estes intuitos de resistência, as autoridades de São Petersburgo responderam sempre de forma a imporem a sua soberania. Nos casos da Geórgia e da Arménia, em que existia uma comunhão civilizacional com a Rússia, não deixou de nascer, tanto um (proto)nacionalismo anti-russo (na Arménia também fortemente anti-turco), como um (proto)nacionalismo georgiano vincadamente anti-russo mas, sobretudo, antiarménio. No caso da Geórgia, o nacionalismo além de fortemente anti-russo, era também antiarménio e antiazeri. A realidade sócio-económica da segunda metade do século XIX conduziu a um empobrecimento tanto das elites como das camadas sociais mais baixas que viviam directa ou indirectamente do sector agrícola. Por outro lado, bloqueou a progressão social dos georgianos noutras áreas (forças armadas, funcionalismo, negócios, etc.), pelo facto destas, historicamente, se encontrarem nas mãos de outras «nacionalidades» (precisamente de russos, azeris e arménios). As grandes dificuldades de natureza económica e financeira e de progressão e afirmação social fizeram com que o nacionalismo georgiano se desenvolvesse em torno do anticapitalismo e do marxismo, reclamando-se, por isso, «internacionalista». Os nacionalistas da Geórgia chegaram à Grande Guerra defendendo a constituição de uma federação democrática e multinacional no seio do Império Russo.

O processo de russificação da Arménia²² demonstra, tal como na Geórgia, que a estabilidade política no Cáucaso e na Transcaucásia não depende exclusiva ou maioritariamente de variáveis civilizacionais. Por meados da década de 1890, os arménios foram vítimas de perseguições e massacres no interior do Império Otomano, enquanto que na década anterior começara a crescer um forte sentimento antiarménio na Rússia²³, sendo também verdade que em 1878, após o triunfo das armas russas sobre as otomanas, os arménios mostraram um grande apoio à Rússia. Pareciam criadas as condições para a libertação de mais território arménio que se encontrava em mãos turcas ou, pelo menos, para a obtenção de um conjunto de direitos junto do Sultão e cuja garantia de cumprimento seria fiscalizada pelos russos. A derrota da diplomacia do Czar no Congresso de Berlim (13 Junho a 13 de Julho de 1878), contribuiu não apenas para o incumprimento das esperanças arménias mas, sobretudo, para o crescimento da sua insatisfação. Em 1885, as autoridades russas puseram claramente de parte a ideia, até aí predominante, de que, pelo facto de serem parceiros na luta contra o Islão, os arménios deviam ser tratados como iguais no seio do Império Russo. Naquele ano foi publicada legislação que punha fim ao reconhecimento da autonomia da Igreja Arménia,

particularmente naquilo que respeitava ao ensino, ao serem substituídas as «escolas paroquiais» arménias por russas. Embora a medida tenha sido revogada um ano mais tarde, é óbvio que deixou ressentimento e suspeita entre os arménios.

Independentemente de serem uma causa, ou uma consequência, mais ou menos directa destes acontecimentos, nos últimos anos do século XIX foram criados os primeiros movimentos revolucionários e nacionalistas arménios cujos adversários não eram exclusivamente os turcos mas, também, os russos, os azeris e os georgianos. O confronto entre arménios e autoridades russas foi crescendo de tal forma que, em Outubro de 1903, o Príncipe Grigori Golitsyn, vice-rei do Cáucaso, foi ferido num atentado perpetrado por terroristas. O clima explosivo, com repressão, de um lado, e assassinato de vários funcionários russos, do outro, fez com que os arménios não apenas boicotassem todos os serviços públicos russos na Arménia, como criassem clandestinamente outros alternativos. Como seria de esperar, o crescimento insensato da autoridade do Estado russo, que no caso da Arménia se orientara essencialmente contra a Igreja, acabou por conduzir à «criação de instituições nacionais, dirigidas contra a Rússia, onde antes não existia qualquer uma»²⁴.

Como forma de procurar resolver os problemas criados tanto pelo crescimento do nacionalismo russo, como do arménio, as autoridades russas reagiram utilizando uma tática muito comum às potências coloniais: dividir para reinar. Permitiram, para não dizer que provocaram, reacções violentas em Baku e em Tbilissi, de azeris e georgianos, respectivamente, contra a próspera e invejada classe média arménia residente naquelas duas capitais. Em Fevereiro de 1905 morreram cerca de mil e quinhentas pessoas em incidentes violentos em Baku. Cerca de mil eram arménios. Os arménios reagiram criando milícias armadas de que faziam parte refugiados oriundos do Império Otomano. Como resultado, e apesar do conflito ter terminado com uma procissão conjunta dirigida pelas autoridades máximas das comunidades islâmica e do cristianismo arménio em Baku, verdade foi que, para o futuro, a atitude do imperialismo russo nesta região específica do Cáucaso contribuíra para que arménios e azeris passassem a definir-se como inimigos entre si.

Terminada a revolução de Fevereiro e iniciado um processo de liberalização política que, em vésperas do início da Grande Guerra, não apenas estava esgotado como tinha também sido abandonado, mas que de qualquer forma tivera efeitos por toda a Rússia – em especial junto dos (proto)nacionalismos históricos que compunham o império –, no caso arménio não apenas foram restituídos todos os direitos que tinham vindo a ser extintos após 1885, como as autoridades russas colaboraram com as antigas milícias enquanto tal. Operou-se então um retorno ao discurso que reclamava a utilidade de uma cooperação com os arménios, cooperação essa que tinha como objectivo prevenir ou reprimir qualquer ameaça muçulmana vinda do interior ou do exterior do império. De qualquer forma, nas vésperas da Grande Guerra e das duas revoluções que mais tarde a acompanharam, a política russa no Cáucaso caracterizava-se pelo facto de ter alienado súbditos leais, inflamado paixões étnicas e potenciado um conflito que desestabilizou a ordem interna numa área estrategicamente sensível²⁵.

A Primeira Guerra Mundial

O Cáucaso tornou-se numa peça do conflito militar iniciado na Europa no Verão de 1914 a partir do momento em que a Turquia nele decidiu participar ao lado das potências

centrais (29 de Outubro daquele ano)²⁶. A presença da Turquia no conflito significava a criação de todo um «novo teatro de guerra», real e potencial, tanto do ponto de vista militar como do ponto de vista «religioso e insurreccional»²⁷. Com a beligerância da Turquia, além da abertura de uma frente no Cáucaso, a guerra chegou ainda ao Golfo Pérsico e às imediações do Canal do Suez. Das três, a frente do Cáucaso foi, claramente, a mais importante, sendo aí que a iniciativa militar turca (com colaboração germânica), criou reais dificuldades aos «aliados» e, em primeiro lugar, à Rússia. Após os primeiros êxitos militares dos otomanos no Cáucaso, o alto comando militar do Czar fez um apelo aos seus parceiros no sentido destes provocarem uma «diversão», facto que conduziu, em boa medida, à campanha de Gallipoli nas imediações dos Dardanelos.

O lançamento de uma ofensiva no Cáucaso, concebida por Enver Paxá, teve várias e óbvias razões. A região encontrava-se afastada da localização do grosso das forças russas, ao mesmo tempo que possuía uma importância «emocional» para os turcos e para múltiplos sectores do chamado mundo islâmico, uma vez que populações que seguiam o Corão se encontravam aí politicamente submetidas a cristãos infiéis. Por se tratar de uma região fortemente habitada por populações muçulmanas recentemente conquistadas, o Cáucaso iria, uma vez mais, obrigar os russos a dividirem os seus recursos militares. Por um lado, canalizariam forças para um confronto convencional com o Exército turco; por outro, teriam que enfrentar o levantamento das populações pró-turcas na retaguarda. Como era recorrente no pensamento estratégico turco acerca do destino e da vocação do seu império, considerou-se que tanto a ofensiva contra a Rússia a Norte, como contra os britânicos e franceses no Suez, ficariam facilitadas por serem acompanhadas de levantamentos mais ou menos espontâneos das populações autóctones contra o domínio cristão. Esta avaliação era irrealista, não obstante existir no mundo muçulmano um notório mal-estar face aos imperialismos francês, britânico e russo. Esse mal-estar, contudo, não tinha como contrapartida qualquer tipo de simpatia pelo imperialismo turco, o esquecimento da violência que lhe estava associado ou, ainda, a existência de uma qualquer comunhão mínima de interesses quanto àquela que seria a melhor forma de enfrentar a indesejável presença dos europeus nos mais variados pontos do mundo islâmico²⁸. Obviamente, os desejos e sonhos dos estrategos e políticos turcos não se confirmaram minimamente. Naquilo que ao Cáucaso respeita, e ao contrário do sucedido várias vezes no passado, as populações potencialmente revoltosas abstiveram-se de qualquer manifestação de hostilidade político-militar significativa em relação ao poderio russo.

A campanha turca no Cáucaso conta-se em poucas palavras e serve uma vez mais para demonstrar, entre outras coisas, como um poderoso obstáculo geográfico se pode transformar num enorme problema político-militar. Contrariando o bom senso, e procurando obter uma vitória com baixos custos através do recurso ao chamado efeito surpresa, Enver Paxá avançou com cento e cinquenta mil homens no início do Inverno. Do outro lado, aguardavam cem mil russos. Depois de um primeiro confronto, em Novembro, no preciso lugar onde, em 1071, os turcos tinham inapelavelmente derrotado um poderoso Exército de Bizâncio – nas proximidades do Lago Van –, as tropas de Enver Paxá conseguiram fazer recuar os russos. A 29 de Dezembro, nas proximidades de Kars, os russos contra-atacaram e, a 2 de Janeiro de 1915, tinham garantido uma vitória completa. Dos noventa e cinco mil turcos que lutaram nesta campanha, apenas dezoito mil sobreviveram. Trinta mil terão morrido enregelados, um número perfeitamente

admissível uma vez que a campanha se desenrolou no Inverno e a uma altitude média de três mil metros. Mas esta vitória russa teve como resultado uma tragédia imprevisível. Recordando os massacres de arménios por turcos nos últimos anos do século XIX, cristãos arménios, muitos deles anteriores súbditos do Sultão, que constituíam uma das divisões do Exército do Czar em combate, aproveitaram as circunstâncias e o apoio russo para levar a cabo a chacina de populações turcas no interior do território da Sublime Porta. Estes factos, assim como a participação de arménios na campanha do Cáucaso e o intento de constituição de uma república da Arménia em território turco entretanto ocupado pelos russos, veio a sustentar a «não declarada» campanha de genocídio por parte do governo otomano contra os seus súbditos arménios, entre Junho de 1915 e finais de 1917, conduzindo à morte de cerca de setecentos mil homens, mulheres e crianças na sequência de marchas forçadas através do deserto e das montanhas em direcção à Cilícia e à Síria. Morreram de fome e de sede²⁹.

No início de 1916, com temperaturas extremamente baixas, os russos retomaram a iniciativa. Apesar da morte de militares russos pelo efeito do frio gélido, os turcos foram empurrados para a cidade de Erzerum. No decurso da batalha, não só desertaram as tropas árabes que lutavam sob comando otomano, como foram feitos cinco mil prisioneiros turcos. Continuando o seu avanço para ocidente, os russos fizeram outros cinco mil prisioneiros turcos. Como nos séculos XVIII e XIX, os russos conseguiam bons resultados na confrontação militar com os seus vizinhos da Anatólia. Em 1916, estas vitórias, apesar de pouco importantes em termos estratégicos, contribuíam para melhorar ligeiramente o muito baixo moral tanto das tropas como da população russa. A 18 de Abril, os russos conquistavam o porto de Trebizond no Mar Negro. Os amargos de boca dos russos chegariam no Verão. As derrotas sofridas no mês de Agosto puseram fim a qualquer ambição de vir a apoiar a constituição de uma Grande Arménia. Nesta altura, as forças turcas eram comandadas por Mustafa Kemal (Atatürk)³⁰. Mas grandes acontecimentos iriam ainda produzir-se depois de, como consequência das Revoluções de Fevereiro e de Outubro, a desordem se ter instalado na Rússia. Abriu-se então caminho ao avanço dos exércitos inimigos e dos antigos aliados, tanto na frente ocidental, como no Cáucaso.

Brest-Litovsk e depois

Na Primavera de 1918, com a Rússia em colapso e os bolcheviques em plena fase de consolidação do poder conquistado em Outubro, os alemães, posicionados na Ucrânia e na bacia do rio Donetz, num derradeiro esforço para alcançarem uma parte das matérias-primas e dos recursos alimentares de que tanto necessitavam para concluir com êxito o seu esforço de guerra, deram início àquela que seria a etapa final no seu avanço para Leste, avanço esse que tinha como objectivo o Cáucaso e a margem ocidental do Mar Cáspio. Esta operação, apropriadamente designada «Relâmpago», tinha Baku como último objectivo. Isso não significava que os turcos tivessem desistido das suas ambições históricas. Avançaram através do Cáucaso rumo àquele importante centro petrolífero, enquanto que os britânicos, conscientes do perigo que implicava a queda do petróleo do Norte do Cáucaso e do Cáspio nas mãos dos Impérios Centrais, também se decidiram a avançar. Logo em Janeiro de 1918, uma coluna de viaturas blindadas britânicas partiu da Mesopotâmia para o Cáspio (Baku). A 17 de Agosto acabaria por entrar na capital do Azerbaijão uma outra força britânica que partira para aquela região saindo do sul do Irão.

Pela primeira vez na história, uma força militar britânica avançava para a região do Cáucaso e do Cáspio, desafiando não apenas os bolcheviques mas, sobretudo, os alemães que, também pela primeira vez, tinham pretensões sérias de manter uma força militar naquela mesma região³¹.

A situação era complicada, e histórica e estrategicamente singular. Vale a pena recordar que o alto comando alemão temia as consequências da proclamação de um novo Czar, algo que suspeitavam poder vir a acontecer sob o patrocínio dos aliados agora espalhados um pouco por toda a Rússia. Por outro lado, parecia esfumar-se aquela que até certo momento pareceu ser a forte possibilidade de ter à sua disposição os recursos petrolíferos do Cáucaso e do Cáspio, vitais para sustentar um derradeiro esforço militar na frente ocidental. A 27 de Agosto, representantes do governo alemão persuadiram os bolcheviques a assinarem uma adenda ao Tratado de Brest-Litovsk³², na qual estes últimos não apenas se comprometiam a fazer a guerra aos aliados no norte da Rússia, como garantiam à Alemanha o controlo da Marinha de Guerra vermelha, e das respectivas instalações, no Mar Negro. Finalmente, no momento em que Baku voltasse à posse dos bolcheviques, estes comprometiam-se a enviar para a Alemanha um terço da produção petrolífera. Em contrapartida, os alemães preveniam um eventual ataque finlandês à Rússia³³. Entretanto, em Junho, uma coluna de tropas indianas avançara, estabelecendo-se na cidade iraniana de Meshed, junto ao Cáspio. Neste caso, o objectivo não era impedir a chegada turco-germânica a Baku, mas evitar a penetração inimiga para a Ásia Central russa³⁴. As preocupações britânicas em salvaguardar qualquer ameaça à segurança e integridade do Império na Índia, abriam mais um capítulo no chamado «grande jogo» que desde meados do século XIX os estrategos dos governos de Londres e São Petersburgo disputaram na Ásia Central, aqui e ali com a interferência de terceiros³⁵.

Da guerra civil russa à colectivização forçada

A fase inicial de tomada do poder pelos bolcheviques foi relativamente rápida e bem sucedida nas mais variadas latitudes do império russo, mas conheceu inúmeros percalços posteriormente. O que sucedeu nessa altura na Transcaucásia fazia prever muitos dos problemas futuros com as nacionalidades que compunham o velho império. Enquanto que em Baku o «regime soviético foi decretado [...] a 15 de Novembro» de 1917, em Tbilissi, capital da Geórgia, os acontecimentos seguiram outro curso. Aqui, onde era enorme a influência dos mencheviques, muito «mais nacionalistas e muito menos radicais que os mencheviques russos», o Congresso local dos Sovietes aprovou uma resolução favorável ao «combate à anarquia no Exército» e convocou a eleição e reunião de uma Assembleia Constituinte para uma data previamente definida³⁶.

Como tivemos oportunidade de ver, durante praticamente todo o ano de 1918 o Cáucaso – e mais especificamente a Transcaucásia – esteve directa ou indirectamente sob a ocupação e/ou a influência dos impérios alemão e otomano. Aos alemães interessava, sobretudo, a Geórgia e o Azerbaijão. A primeira pelo magnésio, o segundo pelo petróleo extraído nas imediações de Baku, então o maior centro produtor daquela matéria-prima de toda a Rússia. Havia em Berlim quem sustentasse, nomeadamente o general Ludendorff, que a Geórgia poderia servir como núcleo duro de um bloco político-económico a constituir no Cáucaso e que, naturalmente, o Império alemão dominaria³⁷. Quanto aos turcos, cujas ambições no Cáucaso e na Transcaucásia vinham de longa data, a evolução da guerra e as Revoluções de Fevereiro e de Outubro conduziram

temporariamente ao seu reforço. Não fosse o singular envolvimento dos alemães, é muito provável que todo o Cáucaso, de Norte a Sul, entre o Mar Negro e o Mar Cáspio, tivesse passado, ainda que transitoriamente, para as mãos da Sublime Porta.

A aproximação alemã ao Cáucaso, e nomeadamente à Geórgia, facilitou o abandono da Federação da Transcaucásia³⁸ pelos georgianos a 26 de Maio de 1918, seguindo-se-lhes dois dias mais tarde a Arménia e o Azerbaijão. Por outro lado, quando em Setembro Baku foi finalmente ocupada pelos turcos, verificaram-se alguns confrontos entre o governo azeri e os ocupantes. Isto não significa que os turcos não tenham sido bem recebidos pela generalidade da população, especialmente pelo facto de terem dado cobertura ao governo socialista de Baku que entretanto tinha iniciado uma reforma agrária radical. Mas tendo esta medida alienado as chamadas classes médias e altas, tinha-se gerado uma forte instabilidade social que não desaparecera no momento em que cessou a breve ocupação turca. O Armistício de Mudros³⁹, que impôs a rendição completa e incondicional dos turcos, levou à rápida evacuação de Baku, ocupada imediatamente por uma força expedicionária britânica.

A República da Arménia percorreu também o seu calvário no ano de 1918. No decurso da Grande Guerra, a parte russa da Arménia tinha sido invadida por milhares de refugiados («compatriotas» arménios), situação que se agravou depois do conflito ter terminado na frente do Cáucaso. Ao contrário da Geórgia, que podia contar com a Alemanha, e o Azerbaijão com a Turquia, a Arménia não dispunha do apoio de qualquer potência, pelo menos enquanto a Rússia atravessasse uma situação de guerra civil sem vencedor à vista. Em Maio de 1919, também como forma de ultrapassar o seu isolamento – algo a que a Turquia também não escapava –, forças arménias avançaram ocupando e anexando territórios do leste da Anatólia, com o intuito claro de constituir uma Grande Arménia. Tratava-se de territórios que até às deportações e massacres de 1915 eram maioritariamente habitados por arménios. Esta atitude provocou não apenas uma bem sucedida reacção política e militar turca – agora chefiados por Mustafa Kemal (Atatürk) – como acentuou o isolamento internacional da Arménia.

Das três repúblicas saídas da Federação da Transcaucásia, a Geórgia foi a menos mal sucedida. De Maio a Novembro de 1918, o território viveu sob ocupação alemã, facto que lhe conferiu um elevado «grau de estabilidade». O governo menchevique possuía bons contactos internacionais e uma elite política qualitativamente superior à dos seus vizinhos arménios e azeris. Os mencheviques levaram a cabo um programa de reforma agrária que impunha uma redistribuição das propriedades com uma área superior a quarenta acres. Depois de divididas, estas terras eram arrendadas ou vendidas a pequenos agricultores. Nacionalizaram-se as indústrias de maior dimensão e empresas do sector dos transportes. Como consequência, em 1920, 90 por cento dos trabalhadores georgianos laboravam em empresas que ou pertenciam ao Estado ou eram cooperativas. Por esta altura, e tal como viria a suceder cerca de setenta anos mais tarde, o governo instalado em Tbilissi enfrentou várias dificuldades com minorias étnicas que habitavam o seu território, nomeadamente com ossétios e abcásios que reclamavam um direito à autodeterminação que o governo menchevique da Geórgia recusava conceder. Independentemente dos inúmeros problemas e incidentes vividos na Geórgia entre 1918 e 1921, a verdade é que o território exibia claros sinais de se encontrar preparado para existir enquanto Estado nacional politicamente independente, não fora, como veremos, a oposição da Rússia bolchevique.

No Inverno de 1919-1920, com os Exércitos Brancos a debandarem em direcção a Sul, o Conselho Supremo Aliado, reunido em Paris, reconheceu de facto as três repúblicas da Transcaucásia. Foram, no entanto, recusados os pedidos por estas efectuados de exercício de um mandato pela Sociedade das Nações na região, sendo de sublinhar que o Congresso norte-americano chumbou uma proposta do Presidente Wilson que reclamava o exercício de um mandato pelos Estados Unidos, em nome da Sociedade das Nações, na Arménia. Após a retirada do último contingente britânico de Baku, em Agosto de 1919, a Transcaucásia enfrentou a inevitabilidade de uma invasão por parte da Rússia Soviética. Não foi por causa do derrube do czarismo em Fevereiro, e da chegada dos bolcheviques ao poder em Outubro de 1917, que a Rússia deixou de ser imperialista. Naquilo que respeita ao Cáucaso, crescera tanto a necessidade como o desejo de garantir a restauração da soberania russa. Durante a guerra, o Cáucaso produzira dois terços do petróleo russo, três quartos do magnésio, um quarto do cobre, além de um elevado volume de um conjunto de produtos subtropicais como o tabaco, frutos, chá ou vinho. A reconquista do Cáucaso pelo poder bolchevique foi efectuada em duas fases. No primeiro momento, em Abril de 1920, tal como no segundo, em Fevereiro de 1921, foi posta em prática uma «táctica» que fez coincidir a «agressão externa com a subversão interna», embora tenha sido acima de tudo a existência de uma conjuntura diplomática favorável a abrir as portas da Transcaucásia aos bolcheviques. Moscovo conseguiu uma neutralidade colaborante da parte de Kemal Atatürk, pelo facto da Turquia depender da Rússia para aliviar a pressão sobre ela exercida pelas potências aliadas após o final da Grande Guerra. Atatürk comprometeu-se a repudiar quaisquer «aspirações pan-turcas ou pan-islâmicas», enquanto Moscovo aceitou abandonar a agitação comunista na Turquia. Como consequência, a «colaboração russo-turca condenou as repúblicas independentes. A falta de interesse dos aliados selou o seu destino»⁴⁰.

Depois de, a 17 de Março de 1920, Lénine ter dado ordens para uma ocupação do Azerbaijão e da Geórgia, em Abril o Comité Central do Partido Comunista Russo criou a Secção do Cáucaso (Kavbiuro), chefiado por um homem da confiança de Estaline, o também georgiano Sergo Ordzhonikidze⁴¹. Era seu objectivo estabelecer o domínio soviético no Cáucaso e, a partir daí, exercer e estender um apoio a forças «anti-imperialistas» no Próximo e no Médio Oriente. O Kavbiuro trabalhou em conjunto com as chefias do 11.º Exército Vermelho, a quem foi também entregue a missão de devolver a Transcaucásia à Rússia. O plano de acção envolvia «unidades militares regulares, destacamentos de guerrilheiros» e «subversão interna».

Se nos últimos dias de Abril veio a consumir-se a ocupação definitiva do Azerbaijão e, de imediato, Kirov iniciou o seu reinado de terror que conduziu, com a colaboração de Sergo Ordzhonikidze, à detenção e execução de um número significativo de dirigentes azeris, o avanço militar para a Geórgia e Arménia e os planos de subversão nestes dois Estados tiveram que ser suspensos. Nesta altura, e para fazer face à incursão militar polaco-ucraniana na Ucrânia soviética – iniciada a 25 de Abril – o 11.º Exército deslocado no Cáucaso, para a ocupação das repúblicas ainda independentes, teve de ser retirado em direcção a Kiev. A 7 de Maio, o governo soviético assinou um tratado com a Geórgia em que reconhecia a independência desta república e se comprometia à não interferência nos seus assuntos internos, embora num artigo secreto o governo de Tbilissi ficasse vinculado à legalização do Partido Comunista. Os bolcheviques não cumpriram o prometido. Kirov foi destacado para a Geórgia onde imediatamente iniciou um conjunto

de actividades que tinham como objectivo lançar as bases da sua futura conquista. Entretanto, em Junho, Moscovo reconheceu a independência da Arménia, no quadro das fronteiras existentes antes de 1914. Também na Arménia o governo de Moscovo iniciou imediatamente actividades de agitação e propaganda que viriam a dar frutos no muito curto prazo.

Resolvido o conflito com a Polónia e à beira de ser obtida a derrota final dos Exércitos Brancos, em Dezembro de 1920, Moscovo retomou a sua campanha de reconquista do Cáucaso. Convém sublinhar que, em parte, a «sovietização» da Arménia foi uma consequência imediata da não resolução das suas disputas territoriais com a Turquia na Anatólia oriental⁴². A 27 de Novembro, Lénine e Estaline, reconhecendo a vantagem que a situação dramática vivida em Erevan lhes dava, ordenaram que as forças estacionadas no Azerbaijão avançassem em direcção à Arménia com o argumento de que o seu objectivo era impedir o avanço turco. Dois dias mais tarde, a missão diplomática soviética em Erevan apresentou um ultimato ao governo local exigindo «uma transferência imediata da autoridade» para o «Comité Revolucionário da República Socialista Soviética da Arménia» sediado no Azerbaijão. O 11.º Exército Vermelho marchou imediatamente sobre a Arménia, sendo que esta manobra acabaria por ser bem recebida tanto pelo governo como pela generalidade da população, uma vez que foi vista como uma garantia de protecção face à Turquia. Em Dezembro, a Arménia tornou-se uma república soviética e o seu primeiro governo foi formado a partir de uma coligação constituída por comunistas e alguns dos anteriores membros do antigo partido governamental.

O processo que conduziu à integração pela força da Geórgia na União Soviética foi mais demorado e delicado, com implicações directas no desenrolar da luta política em Moscovo. A partir de Janeiro de 1921, a Geórgia encontrava-se cercada, facto que tornava quase inevitável a sua captura pelos bolcheviques. Desde a assinatura, em Maio, de um tratado entre os governos de Tbilissi e Moscovo, os russos renovaram as acusações de incumprimento daquilo que consideravam ser o seu espírito e a sua letra. Simultaneamente, prepararam de forma incansável actividades subversivas por toda a Geórgia. À revelia das cúpulas do partido e do Estado, mas com o conhecimento de Estaline e Ordzhonikidze (que se encontrava no Cáucaso), desde Dezembro de 1920 que tropas soviéticas estacionadas na Arménia e no Azerbaijão preparavam a invasão. Quando Lénine soube dos preparativos que decorriam sem o seu conhecimento, e que estavam em vias de ser executados, deu ordem para o seu cancelamento imediato. Uma reunião do Politburo decidiu a adopção de uma política pacífica no Cáucaso e que esta estratégia a todos obrigava, incluindo os comunistas da Geórgia. Era óbvio que o dirigente máximo dos bolcheviques hesitava pelo facto de existirem vários impedimentos, nomeadamente militares e diplomáticos. Ao contrário da convicção existente no Cáucaso, onde se pensava que tudo seria facilitado a partir do momento em que se garantisse a neutralidade turca, em Moscovo, Kamenev (comandante em chefe do Exército Vermelho) alertou em vários relatórios para os perigos de natureza militar e diplomática. Kamenev insistia na debilidade do 11.º Exército e na impossibilidade deste ser reforçado por tropas estacionadas noutros pontos do território, pelo facto destas estarem envolvidas na repressão de revoltas que iam tendo lugar um pouco por toda a Rússia. No campo diplomático, Kamenev temia uma intervenção militar turca e/ou aliada ao lado da Geórgia. Finalmente, o comandante em chefe do Exército Vermelho acusava o

Exército do Cáucaso de tomar «decisões independentes» que pela sua natureza eram capazes de criar ao governo de Moscovo «dificuldades imprevisíveis».

Mas outras considerações restringiam o apetite por uma invasão imediata da Geórgia. No início de 1921, as autoridades bolcheviques, que enfrentavam uma situação de evidente colapso da economia e de levantamentos generalizados de camponeses – uma consequência directa do chamado «comunismo de guerra» –, deram início a uma alteração na política económica seguindo uma via menos estatista. Um elemento essencial desta nova opção (que viria a ser conhecida por nep) era o recurso ao crédito e a algum investimento estrangeiro. Sob o ponto de vista de Lénine, que entretanto também passara a refrear os seus instintos de propagação do socialismo e da revolução fora das fronteiras da Rússia, uma conflagração militar no Cáucaso poderia pôr em causa a recuperação económica com base no apoio externo, sobretudo quando não eram claros os termos daquilo que o dirigente da Rússia bolchevique considerava vir a ser uma inevitável reacção britânica.

O governo da Geórgia, por seu lado, dividiu-se entre aqueles que se opunham a fazer quaisquer concessões a Moscovo e, portanto, queriam encontrar uma fórmula de apoio eficaz no exterior, que neste caso seria a Turquia, e uma outra facção, chefiada pelo Presidente Zhordaniia, que defendia uma saída de temporização e aproximação a Moscovo. A verdade era que não existia a mínima possibilidade de potências estrangeiras virem em socorro da Geórgia, mesmo depois do reconhecimento internacional do seu estatuto de Estado política e juridicamente independente⁴³. A Rússia foi concentrando tropas na Arménia e no Azerbaijão, enquanto a Segunda Internacional Socialista ia divulgando, como podia, a causa da Geórgia, defendendo, nomeadamente, que este se tratava do único país do mundo verdadeiramente socialista. Em Setembro de 1920, Karl Kautsky, Emile Vandervelde e Ramsay MacDonald visitaram aquela jovem pátria do socialismo e regressaram «favoravelmente impressionados». O drama estava em que a Segunda Internacional não se encontrava na posse de «qualquer governo ou exército».

Em Moscovo continuavam as divisões no seio das cúpulas dirigentes. Lénine teimava em não se deixar convencer pelos argumentos de Estaline, Kirov e Ordzhonikidze que defendiam o esmagamento da resistência da Geórgia em juntar-se à pátria soviética. No início de Janeiro de 1921, Lénine foi pressionado pessoalmente pelos falcões do partido favoráveis à invasão. Argumentavam que a «sovietização» da Geórgia não podia esperar, uma vez que aquela «república menchevique servia a causa da contra-revolução», exercia uma influência nefasta na «Arménia soviética», contribuía para o fortalecimento da «posição da Turquia no Cáucaso» e punha em perigo os interesses da Rússia na região. Finalmente, reconhecia-se que caso os mencheviques não fossem derrubados a partir do exterior, nunca haveria uma «explosão interna» e, portanto, a Geórgia nunca seria «sovietizada». Com semelhanças relativamente a acontecimentos que viriam a ter lugar aquando do fim da União Soviética e do regresso da Geórgia à condição de Estado independente, tendo como intuito trazer, embora noutros moldes, Tbilissi ao redil russo⁴⁴, em 1921 os falcões do partido propuseram como solução patrocinar levantamentos na Abcásia, Adzária, etc. Desta vez Lénine deixou-se convencer. Ao que parece, o chefe da missão soviética em Londres tinha sido informado, pelo próprio Lloyd George, de que a Grã-Bretanha considerava o Cáucaso como pertencendo à esfera de influência soviética e que, portanto, o governo de Sua Majestade não tinha quaisquer planos para intervir militarmente ao lado da Geórgia no caso desta vir a ser invadida pelo Exército Vermelho.

A 26 de Janeiro, o Comité Central aprovou uma resolução da autoria de Lénine que apelava ao exercício de «pressão» sobre a Geórgia, e caso essa pressão não produzisse resultados, ao avanço do 11.º Exército. A última conquista soviética até ao início da Segunda Guerra Mundial seguiu aquilo que se tornara um padrão clássico. Em primeiro lugar, produziu-se uma revolta de «massas descontentes», posta em marcha na noite de 11 para 12 de Fevereiro, em Borchalo, uma região da Geórgia disputada pela Arménia. Como consequência das hesitações de Lénine, a ajuda militar de Moscovo tardou uma semana em produzir-se. De qualquer forma, as ordens do dirigente máximo dos bolcheviques para que a intervenção se fizesse não foi dada a conhecer nem a Kamenev, nem a Trotsky. A 15 de Fevereiro, numa mensagem codificada em georgiano, enviada por Ordzhonikidze a Estaline, afirmava-se: «A situação exige que comecemos imediatamente. Pela manhã atravessamos [a fronteira]. Não existe qualquer outra saída»⁴⁵. A 16 de Fevereiro, unidades do 11.º Exército penetraram a partir do Azerbaijão na fronteira sudeste da Geórgia, progredindo em direcção a Tbilissi que distava apenas cerca de 80 km. A força invasora contava com cerca de cem mil homens bem equipados e com grande experiência de combate. A Geórgia possuía uma força militar na ordem dos cinquenta mil homens e nenhuma artilharia. No dia 23 de Fevereiro, as forças invasoras entraram em Tbilissi. Embora o governo da Geórgia tenha chegado a pensar refugiar-se nos territórios situados mais a ocidente, a entrada em cena de tropas turcas, reclamando a cidade portuária de Batum, fez com que a 18 de Março as autoridades de Tbilissi capitulassem perante o Exército Vermelho, assinando um acordo através do qual era assegurada a manutenção da integridade territorial da Geórgia no seio do Estado soviético, incluindo Batum. Uma parte da organização menchevique na Geórgia passou à clandestinidade, conseguindo manter uma forte presença nos meios rurais até ao momento em que, em 1924, dirigiu um levantamento que abalou profundamente os alicerces da República Soviética da Geórgia.

Enquanto decorreram as operações militares, Moscovo negou sistemática e liminarmente a existência de uma invasão. O conflito dizia apenas respeito à Arménia e à Geórgia e tinha a disputa de Borchalo como causa directa. No Ocidente houve quem manifestasse a sua indignação, mas a queda da Geórgia acabou por ser rapidamente aceite. Embora, por razões de vária ordem, Lénine tenha dado instruções em contrário, Estaline e o seu lugar-tenente na Geórgia, Ordzhonikidze, puseram em prática uma política que indiscriminadamente reprimiu e assassinou população anónima, as elites não comunistas e os próprios dirigentes bolcheviques no território. Não tardou muito para que este e outros factos dessem lugar a uma profunda crise no seio do Partido Comunista Soviético, envolvendo um Lénine cada vez mais diminuído nas suas capacidades e um Estaline em ascensão⁴⁶. De qualquer forma, desde a década de 1920, mesmo depois da resolução do problema da Geórgia, a agitação e o descontentamento no Cáucaso assumiram um carácter endémico, embora a Transcaucásia tenha acabado por ser melhor integrada do que os seus vizinhos do Norte no projecto de construção do Estado soviético⁴⁷.

A colectivização da agricultura⁴⁸, um dos processos mais dolorosos da construção do socialismo na União Soviética, teve o seu início no Norte do Cáucaso. Aí, como na Ucrânia, conheceu resultados dramáticos e foi acompanhada da revolta recorrente e sistemática das populações locais. O caso da Chechénia é interessante e paradoxal. O Partido Comunista daquela república autónoma recebeu, no Outono de 1929, um telegrama do Politburo informando os seus membros de que o Norte do Cáucaso tinha

sido escolhido como «o primeiro território na urss onde a “colectivização completa” seria introduzida» e os camponeses ricos seriam «liquidados enquanto classe». Irónico, senão mesmo sinistro, foi o facto de, no conjunto da vasta região do Norte do Cáucaso, a Chechénia ter sido escolhida para dar início à colectivização da agricultura soviética. Na Chechénia a posse privada da terra era virtualmente desconhecida, com excepção das regiões montanhosas em que as famílias eram individualmente proprietárias. Nas chamadas terras baixas, tudo era mantido em comum, desde a terra à água e às florestas. Tanto na Chechénia, como na Ingúchia, o kulak era pouco mais do que uma ficção⁴⁹. Apesar disso, entre Janeiro e Março de 1930, na Chechénia, o número de parcelas integradas em kolkhozes multiplicou-se por seis a sete vezes, tendo sido mais fácil a colectivização das terras baixas dedicadas à agricultura, onde as populações tinham um modo de vida comunitário, do que nas regiões montanhosas onde prevalecia um regime de pastoreio e um cultivo da terra migratório que os teóricos da colectivização consideravam «totalmente reaccionário».

A oposição chechena à colectivização foi praticamente imediata, tendo-se caracterizado pela ocupação de todas as «instituições rurais e regionais», pela destruição pelo fogo de documentação oficial e, finalmente, pela detenção de funcionários governamentais e do Partido Comunista. Numa primeira fase, os inúmeros acontecimentos implicaram a aceitação pelas autoridades soviéticas das reivindicações chechenas que exigiam, por exemplo, o fim da colectivização e das detenções arbitrárias de camponeses, além de mudanças no sistema judicial no sentido da restauração da lei e dos tribunais islâmicos. Porém, e imediatamente a seguir, deu-se a intervenção do Exército Vermelho cujo resultado foi uma mudança de comportamento por parte das autoridades. À repressão político-militar dos revoltosos sucedeu a publicação, pelo Comité Central do Partido Comunista, de um decreto especial condenando os «desvios de esquerda» dos responsáveis pela colectivização, isto enquanto o Exército Vermelho se retirava de território checheno. Uma enorme quantidade de bens, a baixo preço, foi disponibilizada às populações, além de que foi decretada uma amnistia que beneficiava todos aqueles que tinham participado nas revoltas de 1929-1930.

No Outono de 1931, as autoridades decidiram fazer tábua rasa dos compromissos assumidos anteriormente, perseguindo e liquidando os antigos dirigentes rebeldes, ao mesmo tempo que restauravam a colectivização através do lançamento de operações de larga escala que tinham como objectivo eliminar «os elementos kulaks contra-revolucionários e os ideólogos nacionalistas mulás». Apesar dos obstáculos, a colectivização avançou e, em 1938, existiam quatrocentos e noventa kolkhozes na República Autónoma da Chechénia-Inguchétia cobrindo três quartos da terra arável. Como sucedeu noutros pontos da União Soviética, também na Chechénia-Inguchétia se praticaram formas de resistência passiva à colectivização. Era grande o número de dias de trabalho perdidos, em muitos casos os kolkhozes reproduziam as antigas formas de organização social – os clãs –, enquanto nas montanhas a colectivização pouco mais era do que teórica uma vez que predominava o trabalho agrícola à escala familiar. Mas além da resistência passiva continuou a resistência física activa ao regime⁵⁰, numa atitude que duraria até ao início da Segunda Guerra Mundial.

Da Segunda Guerra Mundial à desagregação da urss

O facto da Turquia se ter mantido neutral ao longo da Segunda Guerra Mundial, não fez com que o Cáucaso se tenha afastado em absoluto do conflito. Entre Setembro de 1939 e Junho de 1941, vigorando o Pacto Germano-Soviético e desconhecendo a Grã-Bretanha as intenções soviéticas e alemãs para o Médio Oriente, chegou a ser equacionado o bombardeamento de Baku, impedindo-se dessa forma que os seus recursos petrolíferos pudessem ser utilizados em benefício de um esforço militar germano-soviético⁵¹. Iniciada a invasão alemã da urss, o Cáucaso fez sempre parte dos objectivos estratégicos estabelecidos, uma consequência da sua importância enquanto porta de entrada para a ajuda aliada ao governo soviético e dos recursos energéticos que possuía⁵².

Sob o ponto de vista soviético, e uma vez mais, o problema do Cáucaso não se resumia às questões de logística, por muito importantes que elas fossem. Estas eram insignificantes quando comparadas com os perigos inerentes à instabilidade provocada pelas populações locais. Naquela região, continuavam a existir movimentos rebeldes suficientemente anti-soviéticos (e/ou anti-russos) para mobilizarem descontentes na retaguarda e proporcionarem aos alemães no momento da sua chegada uma recepção ao menos aparentemente entusiástica. Para além de estarem dependentes do comportamento daquelas populações, alemães e, sobretudo, soviéticos tinham de avaliar a atitude da Turquia, cujo interesse nos povos «turcos» da região era pronunciado e persistente. Alemães e soviéticos competiram pela lealdade daqueles povos das montanhas, sendo que Berlim cedo percebeu que os muçulmanos poderiam ser fortes apoiantes da sua causa. Os soviéticos, por outro lado, identificaram a ameaça, concluíram que se tratava de um perigo bem real e que tal facto impunha a aplicação de medidas drásticas.

Para debelar este perigo, Estaline enviou Béria para a frente da Transcaucásia nos finais de Agosto de 1942. Foi imediatamente organizado um grupo de trabalho paralelo do nkvd, tendo como objectivo a «defesa» do Norte do Cáucaso e a preparação de uma força especial de tropas daquela agência do poder soviético. A Béria foi atribuída a missão de suprimir aquela que era uma ténue revolta no Norte do Cáucaso e no delta do Volga, mas que repetia outras que com as mesmas características se vinham sucedendo desde o fim da guerra civil e que haviam atingido o seu ponto alto com a colectivização. Em acções protagonizadas em exclusivo pelo nkvd, foram assassinados em massa ou deportados chechenos, inguchos, tártaros, karachais, balkars, kalmyks (além de alemães do Volga), tendo o seu anterior estatuto de «autonomia» sido esmagado na confusão do exílio e do trabalho forçado absolutamente desumano⁵³. Considerando a tarefa incompleta, já depois da ameaça alemã ter desaparecido, as autoridades soviéticas voltaram à carga em finais de 1943 e início de 1944. A república autónoma da Chechénia-Ingúchia foi percorrida pelo nkvd. Os sobreviventes das antigas deportações foram retirados à noite das suas casas e enviados para a Sibéria e Ásia Central. A operação na Chechénia foi levada a cabo com precisão militar. Em Fevereiro de 1944, tropas do nkvd entraram naquela república como se de um exercício militar se tratasse. Na noite de 22 de Fevereiro, dia do Exército Vermelho, a multidão foi convidada a juntar-se nas praças das várias povoações para assistir e participar nas celebrações. Subitamente, viram-se rodeadas de tropas do nkvd, sendo depois lidas em voz alta as ordens de deportação. Aqueles que tentaram escapar foram atingidos por disparos ou imediatamente detidos. Vinte e quatro horas depois foram enfiados em camiões e comboios e enviados para a Sibéria. Porém, três anos após a deportação, «lutas de guerrilha» continuavam a ser registadas nas «altas

montanhas» da Chechénia, da Ingúchia e da Ossétia Oriental. O movimento era dirigido pelo Xequê Quereish Belhorev, capturado em 1947 e, surpreendentemente, nunca abatido mas condenado apenas a dez anos de prisão. As autoridades enviaram sucessivamente para a região várias divisões do nkvd com o objectivo de suprimir o «movimento rebelde», mas apenas por meados da década de 1950 conseguiram enfrentar com êxito os destacamentos insurrectos que «operavam» nas montanhas. Finalmente, em 1956, as populações do Cáucaso deportadas nos últimos anos da Segunda Guerra Mundial foram autorizadas a regressar. No caso dos chechenos, e apesar do exílio penoso, tinham sido capazes de conservar intactas a sua identidade e o seu sentimento patriótico⁵⁴.

Com a entrada da União Soviética na Segunda Guerra Mundial, houve necessidade por parte dos governos de Londres e de Moscovo, tanto por razões geoestratégicas como logísticas, de garantir uma neutralização dos Estados localizados a Sul da fronteira soviética no Cáucaso. Reconhecia-se uma vez mais, e tal como acontecera de forma recorrente desde finais do século xviii em todos os conflitos europeus que tinham envolvido a Rússia, que a região era motivo de sérios problemas. Por um lado, obrigava à concentração de recursos bélicos que poderiam ser empregues de forma mais proveitosa noutros cenários. Por outro, o que era ainda mais grave, podia tornar-se uma frente de batalha. Daí que a diplomacia britânica e soviética, e os respectivos estados-maiores, tenham reconhecido em 1941 a vantagem do estabelecimento de acordos que garantissem, nomeadamente, as vantagens de uma ocupação militar de fatias do território iraniano considerados de grande importância (naturalmente, com o apoio do Governo de Teerão), seguindo iniciativa idêntica que tivera lugar em 1915.

Terminada a guerra, o Governo soviético procurou das mais variadas formas garantir de direito, e não apenas de facto, a continuação da presença político-militar naquele que era território maioritariamente habitado por populações de etnia azeri no interior do Irão. Esta atitude parecia, à partida, transmitir a ideia segundo a qual, do ponto de vista de Moscovo, a autodeterminação do povo azeri apenas poderia ter lugar no seio da República Soviética do Azerbaijão, entretanto alargada por iniciativa unilateral soviética, e não no seio do Estado iraniano. Embora este incidente deva ser entendido num contexto mais alargado, uma vez que se trata de um dos episódios relativos ao início da Guerra Fria e do processo de retirada britânica da cena política internacional, certo é que, uma vez mais, Moscovo deu indicações de pretender continuar a exercer o seu poder imperial na Transcaucásia, além de subsistirem as suas ambições expansionistas para além daquela região e, porque não, a sua disposição para utilizar o real ou virtual irredentismo dos azeris «soviéticos» e o nacionalismo dos azeris iranianos em proveito próprio⁵⁵.

Depois da Guerra Fria ou a (des)ordem de fim de século

Chegados a 1989 e à constatação do desaparecimento real do imperialismo soviético «informal» na Europa central e de leste, verificou-se em vários pontos da urss, mas sobretudo no Cáucaso, a manifestação das ambições autonomistas e independentistas das inúmeras nações (ou proto nações) que compunham o imenso império moscovita. A tentativa falhada de golpe militar em Moscovo, no mês de Agosto de 1991, a conseqüente criação de facto da Comunidade de Estados Independentes e a necessária morte da União Soviética, fez com que a «questão nacional», do ponto de vista de Moscovo, mas não só, transitasse em definitivo das fronteiras externas à Federação Russa, para o seu interior.

Desde o fim da Guerra Fria, como desde o desaparecimento da União Soviética e do consequente reaparecimento da Rússia, uma parte da instabilidade vivida em vários pontos do globo deveu-se ao facto de pelo menos três tipos de Estados que se autodenominam «nações» se terem tornado sujeitos da vida política internacional sem, no entanto, partilharem um mínimo dos «atributos históricos» próprios dos Estados-nação. Precisamente, o primeiro daqueles três tipos de Estados diz respeito aos que saíram da União Soviética (e da Jugoslávia). Obcecados por «reivindicações históricas» e por uma já velha busca de identidade, têm lutado acima de tudo pelo objectivo de prevalecerem num universo minado por antigas rivalidades étnicas. O irredentismo arménio relativamente ao Azerbaijão – que conduziu à «libertação» não reconhecida pela comunidade internacional de Nagorno-Karabakh –, ou a recusa de Tbilissi em conceder aos povos da Ossétia do Sul (cristãos ortodoxos) e da Abcásia (muçulmanos) uma autonomia alargada no seio da nova república da Geórgia, demonstram claramente que o objectivo de constituição de uma ordem internacional com estes novos Estados está muitas vezes para além dos seus interesses, do bom senso e da sua imaginação⁵⁶. Embora isso não deva tranquilizar-nos por si só, a verdade é que estes factos demonstram uma vez mais que a conflitualidade no Cáucaso, dentro e fora das fronteiras da Rússia, não decorre de uma qualquer secular amizade (ou inimizade) entre povos que partilham (ou não) matrizes civilizacionais comuns. O Governo de Moscovo, por exemplo, apoiou a rebelião abcásia na Geórgia, fosse porque inicialmente o Governo de Tbilissi tomou posições que punham em causa os interesses de Moscovo naquela antiga república da urss⁵⁷, fosse porque pretendia dar um sinal claro de que as populações islâmicas residentes no interior da Rússia nada tinham a temer perante a nova situação política criada após os acontecimentos do Verão de 1991 e, em especial, depois de algumas manifestações anti-islâmicas produzidas por alguns sectores da sociedade russa. Quanto ao conflito entre azeris (muçulmanos) e arménios (cristãos), o apoio de Moscovo aos segundos não só nunca foi incondicional, como os azeris têm procurado colaborar de igual forma com os cristãos do Norte como com os seus «irmãos» muçulmanos da Turquia, do Irão ou da Arábia Saudita. O Irão, por outro lado, não vê só com bons olhos a emergência de um Azerbaijão independente, política e militarmente muito próximo da Turquia, pelo simples facto de viverem sob a soberania de Teerão cerca de vinte milhões de azeris. Por este facto, é natural que procure um desenho político para a região em que a Rússia, e a própria Arménia, sejam interlocutores privilegiados.

No que respeita ao Cáucaso, resta então saber de que maneira a comunidade internacional e as várias potências regionais poderão lidar com aquilo que é uma situação de extrema delicadeza. Como consequência do desaparecimento da União Soviética e do enfraquecimento da Rússia, emergiram novos Estados independentes. No seio destes novos Estados independentes e no interior da Rússia, manifestam-se populações que, possuidoras de uma identidade muito vincada, reclamam também elas ou a independência ou níveis muito elevados de autonomia. Este cenário de vazio de poder e sem ordem – em certa medida semelhante àquele existente imediatamente após o fim da Grande Guerra –, que normalmente emerge aquando da desagregação dos impérios, abre uma vez mais as portas para uma intervenção activa de potências que ou bem exerceram historicamente o seu poder na região, ou bem que procuram pela primeira vez o seu espaço (a China e os eua). Pela instabilidade existente, pela abundância de matérias-primas como – sobretudo mas não só –, o gás natural e o petróleo, pela sua importância geoestratégica, é óbvio que

o desenho político da região diz respeito à Europa, ao Médio Oriente e ao Sudeste Asiático e, por isso, à segurança, à vida económica e à vida política destas regiões. Uma vez que uma análise da região que tenha meramente em conta as tensões entre etnias ou religiões, mas também entre Estados, estará longe de ser exaustiva, é essencial ter presentes outras variáveis que afectam a estabilidade do Cáucaso. Poderão ser elas a desigualdade económica e a fraqueza das instituições nacionais, simultaneamente causa e efeito da corrupção generalizada, do tráfico de droga, da proliferação do armamento e dos problemas com os refugiados, mas também os interesses económicos organizados que, muitas vezes, não representam os desígnios mais ou menos legítimos de um Estado ou de um conjunto de Estados, mas, tão-só, as estratégias de realidades empresariais multinacionais ou transnacionais.

Resta saber se pela sua importância objectiva, ou apesar dela, as potências com interesses na região serão capazes de criar as condições para uma pacificação futura do Cáucaso, ou se, à semelhança de África, cuja importância é, aliás, em todos os domínios muito menor, serão encontradas fórmulas políticas que lhe permitam subtrair os recursos necessários a terceiros sem que qualquer pacificação tenha lugar. Naquilo que ao comportamento da Rússia diz respeito, e apesar das afirmações em contrário, proferidas por políticos, altos funcionários e intelectuais russos, como por inúmeros russófilos, a verdade é que depois da queda da União Soviética, e cada vez mais à medida que o tempo vai passando, Moscovo continua a personificar a mais extrema manifestação da ligação entre nacionalismo e possessões territoriais, realidade que, embora com ressalvas importantes, foi, no decurso da Segunda Guerra Mundial, protagonizada pela Alemanha Nacional Socialista e pelo Japão. A forma como ao longo de séculos a Rússia definiu a sua «missão nacional» teve sempre presente a necessidade de aquisição de território. Em finais do século xx, este facto manifesta-se, por exemplo, através da «insistência» de Moscovo na manutenção da sua soberania sobre um «povo não russo» como o checheno, em grande medida pelo facto deste viver nas imediações de um importante oleoduto, mas também pelo exercício desse domínio, assim como as suas causas, serem apresentadas como essenciais para garantir o «estatuto da Rússia enquanto grande potência». Mas para além da atitude russa, também outros povos do Cáucaso, com ou sem Estado, manifestam e sempre manifestaram o seu nacionalismo de uma forma pouco tolerante, tanto do ponto de vista interno como externo. Não apenas a Rússia, mas também, e sobretudo, a Geórgia, a Arménia e Azerbaijão têm projectos irredentistas. Simplesmente, aquilo que a história dos últimos duzentos anos demonstra é que, independentemente de crises mais ou menos profundas que tenha atravessado, a Rússia tem fatalmente imperado na região, tanto sob o ponto de vista político-diplomático como militar. Apesar das dificuldades sentidas pelos russos no Cáucaso, e não só, é ainda cedo para falar do Cáucaso e, sobretudo, da Chechénia como os «túmulos» do Exército russo, a não ser que se considere que os mortos ressuscitam. Verdade é que a instabilidade e a violência não cessam, seja porque os mais variados povos e/ou Estados querem estender as suas fronteiras a territórios habitados maioritariamente ou historicamente por «compatriotas», seja por esses novos Estados desejarem reduzir à mínima expressão social e política aqueles povos que, possuindo uma forte identidade, reclamam no seu seio o seu próprio direito à autodeterminação, com ou sem declarações independentistas⁵⁸. Parece pois indiscutível, em virtude da realidade actual, que não parece poder alterar-se no curto prazo, que no médio prazo estarão criadas as condições ideais para uma restauração do

poder russo no Cáucaso, ainda que, naturalmente, venha a possuir características neste momento impossíveis de prever. Essa restauração, que não é uma fatalidade, deverá acontecer pelo simples facto dos novos Estados da região, e dos povos que aí ainda buscam a autodeterminação e a independência, serem não apenas demasiado fracos mas, sobretudo, incapazes de delinear qualquer estratégia consistente de afirmação dos seus interesses. A restauração russa dar-se-á ainda pelo facto, de entre as grandes potências da região, a Rússia ser a mais forte, tanto do ponto vista militar como político-diplomático. Finalmente, pelo facto das grandes potências exteriores ao Cáucaso, como os EUA, a União Europeia ou a China, não estarem dispostas, como já demonstraram num passado mais ou menos recente, a empenhar os seus argumentos numa região remota e virtualmente desconhecida para a maioria dos seus dirigentes políticos e opinião pública. Quer queiramos quer não, por fatalidade geográfica, a Rússia é ainda a principal potência do Cáucaso, e muito embora se possa exagerar a capacidade dos governos de Moscovo para determinarem tudo aquilo que se passa no Cáucaso, tanto dentro como fora das suas fronteiras, a verdade é que, tanto no passado mais longínquo como na última década, grande parte dos acontecimentos dramáticos que tiveram lugar na região sucederam à revelia das autoridades russas e, portanto, por iniciativa das populações a que poderíamos chamar autóctones. Como se isso não bastasse, o excepcionalismo russo, como o norte-americano, faz com que historicamente a Rússia não possa deixar de reagir àquilo que considera serem ameaças minimamente perceptíveis. Portanto, e no curto prazo, para tratar e para perceber a Rússia convirá recordar aquele que é um princípio sábio na abordagem da política internacional: «In general, two kinds of state show an inordinate sensitivity to perceived security threats: those really threatened, and those facing the possible loss of a customary or cheap security»⁵⁹. Esta máxima, e não qualquer teoria geral acerca da forma como irão evoluir as relações internacionais, será bem mais útil na análise daquela que é uma das regiões mais estrategicamente relevantes e instáveis do globo.

Setembro de 2000

NOTAS

¹ «Durante o século VIII, os árabes começaram activamente a conversão ao Islão dos povos do Cáucaso. Quando o seu avanço foi posto em cheque pelos turcos, voltaram-se para as montanhas onde espalharam a sua religião entre antepassados dos chechenos e dos avaros, que se concentravam no Daguestão». John B. Dunlop, *Russia Confronts Chechnya. Roots of a Separatist Conflict*, s.e., Cambridge, Cambridge University Press, 1998, p. 3.

² «The Caucasus: Where worlds collide», in *The Economist*, 19 de Agosto de 2000, pp. 15-17.

³ Neal Ascherson, *Black Sea. The Birthplace of Civilization and Barbarism*, s.e., s.l., Vintage, 1996, pp. 249-250.

⁴ O exemplo mais recente mas já clássico encontra-se em Samuel P. Huntington, *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*, s.e., s.l., Touchstone Books, 1998 (1.ª ed., 1997). Comentários e críticas à tese de Samuel P. Huntington, expressa pela primeira vez num artigo publicado pela *Foreign Affairs* no Verão de 1993, foram compilados em AAVV, *The Clash of Civilizations? The Debate*, s.e., Nova Iorque,

Foreign Affairs, s.d. A tese de Huntington peca por tentar explicar a ordem internacional do mundo

pós-Guerra Fria a partir de um único pressuposto – a questão civilizacional. Parece óbvio que os principais problemas equacionados, sobretudo os mais violentos e aparentemente de mais difícil solução, não começam nem acabam como consequência de razões unicamente, ou principalmente, civilizacionais. A história do Cáucaso, mesmo a mais recente, como outros importantes conflitos espalhados pelo mundo, demonstram que aquela interpretação não corresponde à verdade.

⁵ O caso da Abcásia pode ser considerado paradigmático da complexidade política da região. Embora em vários momentos da sua história comum russos e abcásios tenham estado em campos opostos, é indiscutível que nos últimos anos a luta da Abcásia pela independência face à Geórgia se deveu em primeiro lugar ao apoio político-diplomático e militar de Moscovo. «Caucasus: Where the worlds collide», in op. cit.

⁶ Por meados do século xvi, quando os russos apenas inadvertidamente se aproximavam do Cáucaso, os turcos «[...] projectaram cavar um canal do Don até ao Volga, juntando assim o Cáspio ao Mar Negro, e abrir um caminho às suas galeras até às margens interiores da Pérsia». Consequentemente, os persas procuraram revoltar contra os turcos «os povos e príncipes do Cáucaso». O empreendimento terminou repentinamente, em 1570, com os russos a apoderarem-se do material e da artilharia do agressor, sendo que o significado não civilizacional destes acontecimentos é indiscutível. Fernand Braudel, *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Filipe II*, 2.o vol., s.e., Lisboa, Publicações D. Quixote, 1984, p. 434. Ver ainda p. 554.

⁷ Mike Edwards, «The Fractured Caucasus», in *National Geographic*, vol. 189, n.o 2, Fevereiro de 1996, pp. 126-131.

⁸ A bibliografia sobre a Chechénia e os chechenos tem, como consequência das vicissitudes da história presente, vindo a crescer com grande rapidez e alguma parcialidade. Pelo menos dois trabalhos de fôlego recentes merecem destaque. Anatol Lieven, *Chechnya. Tombstone of Russian Power*, s.e., New Haven e Londres, Yale University Press, 1999 (1.a ed. 1998) e John B. Dunlop, op. cit. Não deixam, porém, como outros, de ser razoavelmente maniqueístas. Defensores, quase sistemáticos, das reais e imaginárias «vítimas» chechenas e profundos críticos dos reais ou imaginários «carrascos» russos.

⁹ As reservas estimam-se entre os dezoito e os trinta e cinco biliões de barris, tanto quanto as reservas combinadas do Mar do Norte e dos eua. Indirectamente, estes valores poderão multiplicar-se por três caso uma grande descoberta na costa do Cazaquistão, no Cáspio, for tão promissora como sugerem os resultados anunciados em Julho. «Caucasus: Where the worlds collide», in op. cit., p. 15.

¹⁰ John P. LeDonne, *The Russian Empire and the World, 1700-1917: The Geopolitics of Expansion and Containment*, s.e., Nova Iorque e Oxford, Oxford University Press, 1997,

passim. As incursões russas no Cáucaso no Norte desde o reinado de Ivan O Terrível podem ser seguidas em John B. Dunlop, op. cit., pp. 3 e ss.

¹¹ Em 1514, o Sultão otomano Selim i conseguiu assegurar temporariamente a posse do Azerbaijão. Mais tarde, em 1578, no reinado de Murad iii, os otomanos voltaram a ocupar parte do Cáucaso e, em especial, o tão cobiçado Azerbaijão.

¹² Os acontecimentos político-diplomáticos em torno do Cáucaso entre as décadas de 1780 e a 1830 podem ser seguidos em M. S. Anderson, *The Eastern Question 1774-1923. A Study in International Relations*, s.e., s.l., Macmillan, s.d., pp. 11-13, p. 31, pp. 59-60, p. 65, pp. 72-73 e pp. 90-92. Sublinhe-se a criação, em 1802, de uma federação constituída por chefes tribais (islamitas) do Daguestão sob protecção da Rússia. Idem, *ibidem*, p. 31.

¹³ Paul W. Schroeder, *The Transformation of European Politics. 1763-1848*, s.e., Oxford, Clarendon Press, 1996, pp. 514-515.

¹⁴ David M. Goldfrank, *The Origins of the Crimean War*, 1.a ed., Londres e Nova Iorque, Longman, 1994, p. 185 e John B. Dunlop, op. cit., pp. 27-29. Para a história militar, e não só, Trevor Royle, *Crimea. The Greatest Crimean War. 1854-1856*, 1.a ed., s.l., Little, Brown and Company, 1999.

¹⁵ Idem, *ibidem*, pp. 228-229.

¹⁶ *Ibidem*, pp. 286 e 289.

¹⁷ No entanto, a Guerra da Crimeia mostrou pela primeira vez a ameaça que constituía uma situação de confrontação quase infundável no Cáucaso. Cerca de duzentos mil homens tiveram de permanecer ali estacionados. Fizeram-no tanto para controlar chechenos e circasianos, como para prevenir a possibilidade de uma incursão turca. O resultado foi que aqueles recursos não puderam ser utilizados noutras frentes bem mais importantes. Resta saber se a realidade que conduziu à derrota russa em 1856 foi meramente, ou sobretudo, quantitativa. Geoffrey Hosking, *Russia: People and Empire, 1552-1917*, s.e., s.l., Fontana Press, 1998, p. 22. No decurso da Conferência de Paz em Paris (1866), os britânicos tentaram impor a neutralização do Mar de Azov e criar dois Estados tampão entre os impérios russo e otomano (Circásia e Mingrelia), mas abandonaram a ideia por não terem obtido qualquer apoio. M. S. Anderson, op. cit., p. 141.

¹⁸ *Ibidem*, p. 294. Tanto Kars como Bayazid só voltaram à soberania russa em Março de 1878, com a assinatura do Tratado de S. Estevão, mesmo depois de «corrigido» diplomaticamente em favor dos turcos com a realização do Congresso de Berlim (Junho e Julho do mesmo ano).

¹⁹ John P. LeDonne, op cit., passim.

²⁰ No caso do Azerbaijão e dos azeris, importa sublinhar que se espalhavam, essencialmente, ao longo das margens do Mar Cáspio, a sua religião era xiita, mas a sua língua aproximava-se da turca. Como veremos, este conjunto de factores nunca os afastou especialmente da aceitação da soberania russa, como, também por isso, nunca os tornou indefectíveis dos persas ou dos turcos.

²¹ Por revelar que o imperialismo russo no Cáucaso e na Transcaucásia foi em grande medida feito por convite, convém recordar que em 1556, quando os russos chegaram pela primeira vez às margens do Mar Cáspio, o reino Kakhetia da Geórgia oriental enviou imediatamente embaixadores para sondarem a possibilidade de se vir a constituir um protectorado russo naquela região da Transcaucásia. Geoffrey Hosking, op. cit., pp. 18-19.

²² Em finais do século iii, a Arménia foi o primeiro Estado a assumir o cristianismo como religião oficial. Desde então e até à actualidade, a sobrevivência da identidade nacional arménia é certamente um dos factos mais impressionantes na história da humanidade. Esta sobrevivência fez-se através da Bíblia arménia, da liturgia e da literatura com ela relacionada. O caso etíope é o único que se lhe assemelha. A chave para esta sobrevivência nacional encontra-se na forma como se produziu a conversão ao cristianismo. Desenvolveram-se ao mesmo tempo uma literatura vernacular e a ideia de uma nação. A partir destas cresceu uma nação real apta a sobreviver por entre as vicissitudes da história. Adrian Hastings, *The Construction of Nationhood. Ethnicity, Religion and Nationalism*, s.e., s.l., Cambridge University Press, 1997, p. 198.

²³ O problema vinha de trás. Desde sempre as autoridades russas tinham desenvolvido estereótipos antiarménios. De acordo com um relatório oficial publicado em 1836, os «arménios, tal como o povo de Moisés, tinha-se dispersado pela face da terra, arrecadando riqueza sob a influência dos seus dirigentes, incapaz de desfrutar a sua própria terra. Esta é a causa da falta de carácter dos arménios: tornou-se num cosmopolita. Transforma-se na sua pátria aquela terra onde pode com a maior das vantagens e segurança e através do engenho do seu espírito produzir ganhos para si mesmo...». Geoffrey Hosking, op. cit., p. 386.

²⁴ Idem, *ibidem*, p. 387.

²⁵ Idem, *ibidem*, pp. 385-388. Orlando Figes, *A People's Tragedy. A History of the Russian Revolution*, s.e., Nova Iorque, Viking, 1997, pp. 71 e 74-76.

²⁶ A 1 de Novembro, o Irão declarou a sua neutralidade. Os russos ocuparam pontos importantes da região norte deste país, cabendo aos britânicos a ocupação da sua zona meridional, ao mesmo tempo que passaram a considerar sua «esfera de influência» o território que, anteriormente, e em acordo com os russos, tinham considerado «neutral».

²⁷ Na Turquia tinha assento o califado muçulmano, pelo que Mehemed v, na qualidade de sucessor de Maomé, declarou a «Guerra Santa» em Novembro de 1914, desafiando todos os muçulmanos que viviam em território britânico, francês e russo a levantarem-se em

armas. O resultado foi irrelevante. John Keegan, *The First World War*, 1.a ed., Londres, Hutchinson, 1998, p. 236.

²⁸ A entrada turca na guerra contribuiu, por exemplo, para agravar a insatisfação da minoria muçulmana curda, bem como da generalidade da população árabe subjugada pelo governo do Sultão. As populações islâmicas do Cáucaso, apesar dos laços que as ligava aos turcos, não se rebelaram como resposta ao dramático apelo à guerra santa. John Keegan, *op. cit.*, pp. 240-241.

²⁹ John Keegan, *op. cit.*, pp. 242-243. A 19 de Abril de 1915, mais de cinquenta mil arménios tinham sido assassinados na província de Van. No dia 20, a cidade de Van, predominantemente arménia, foi cercada por forças turcas. Havia mil e trezentos arménios armados no seu interior e dispostos a defender trinta mil civis. Resistiram durante trinta dias, até que foram resgatados por forças russas que traziam, aliás, felicitações do Czar pela coragem demonstrada durante a luta. Martin Gilbert, *The First World War. A Complete History*, s.e., Nova Iorque, Henry Holt and Company, 1994, pp. 142-143. Este facto faz-nos recordar o comportamento (oposto) do Exército Vermelho, em 1944, às portas de Varsóvia.

³⁰ Martin Gilbert, *op. cit.*, pp. 226-227; pp. 241 e 279.

³¹ Apenas na sequência da Guerra da Crimeia, tivera o governo de Sua Majestade a intenção de interferir directamente na organização política do Cáucaso. Os britânicos desenvolveram esforços com o intuito de garantirem a neutralização do Mar de Azov, assim como a criação de dois «Estados-tampão» localizados entre a Rússia e o Império Otomano. A ideia de resolver o problema russo no Cáucaso um tanto à imagem da solução do problema francês na Europa, teve que ser abandonado por falta de apoio. M. S. Anderson, *op. cit.*, p. 141.

³² O «primeiro» Tratado de Brest-Litovsk data de 3 de Março de 1918.

³³ Sublinhe-se que, em Agosto de 1918, Lénine e o Kaiser fizeram causa comum, tal como viria a suceder com Estaline e Hitler exactamente quarenta e um anos mais tarde. Martin Gilbert, *op. cit.*, pp. 452-453.

³⁴ John Keegan, *op. cit.*, pp. 412-413.

³⁵ Karl Meyer, Shareen Blair Brysac, *Tournament of Shadows. The Great Game and the Race for Empire in Central Asia*, 1.a ed., Washington D. C., Counterpoint, 1999.

³⁶ William Henry Chamberlin, *The Russian Revolution 1917-1921*, vol. I, 1917-1918. *From the Overthrow of the Tsar to the Assumption of Power by the Bolsheviks. With a Selected Bibliography of Recent Works on 1917* by Diane Koenker, 2.a ed. (1.a ed. de 1935), Princeton, New Jersey, Princeton University Press, 1987, p. 341. Os mencheviques viriam a vencer essas eleições com cerca 75 por cento dos votos. Orlando Figes, *op. cit.*, p. 714.

³⁷ Um prefácio interessante ao *Lebensraum* e ao *Dag nach Oesten* de Hitler, mas também uma ideia típica do pan-germanismo daquela e de outras épocas.

³⁸ Cujas independências haviam sido declaradas a 22 de Abril de 1918.

³⁹ 30 de Outubro de 1918.

⁴⁰ Richard Pipes, *Russia Under The Bolshevik Regime, 1919-1924*, s.e., Londres, The Harvill Press, 1997, p. 160. Após a derrota turca na Grande Guerra, e da consequente intervenção aliada em vários pontos do seu território, Atatürk chefiou um movimento «resistência nacional» que além de fundar um governo alternativo na Anatólia, pretendia expulsar as tropas aliadas. As dificuldades óbvias desta intenção, assim como o isolamento internacional em que se encontrava, empurraram Atatürk para os braços da Rússia bolchevique. A 26 de Abril de 1920, três dias depois de se ter proclamado Presidente da República, Atatürk contactou Moscovo tendo em vista o desenvolvimento de uma estratégia conjunta contra os «imperialistas». O resultado desta iniciativa, além da neutralidade turca aquando da reconquista do Cáucaso por tropas de Moscovo e da cedência de pequenas parcelas de território arménio à Turquia, foi a assinatura pelos dois países de um tratado de amizade que proclamava uma parceria na luta contra o «imperialismo». *Idem*, *ibidem*, p. 200.

⁴¹ É importante sublinhar o facto de o imperialismo soviético no Cáucaso, do início da década de 1920 ao início da década de 1950, ter sido protagonizado não por russos mas por georgianos. Como veremos, Béria, também georgiano, será o braço direito de Estaline nas acções repressivas que terão lugar ao longo da Segunda Guerra Mundial.

⁴² Nos acordos de Sèvres (10 de Agosto de 1920), os aliados atribuíram a soberania da Anatólia oriental ao governo de Ancara. Forças militares arménias tinham ocupado a região mas, em Setembro de 1920, os turcos invadiram-na, derrotando os ocupantes. Nas negociações pedidas pelos arménios – em Novembro – os turcos exigiram e conseguiram aquilo que na Anatólia oriental consideravam pertencer-lhes.

⁴³ A 27 de Janeiro, o Supremo Conselho Aliado concordou com um reconhecimento de jure da Geórgia, num derradeiro esforço, sem significado prático, para dissuadir os russos de uma incursão militar. O Reino Unido, única potência com argumentos sérios para tentar evitar a invasão, considerou sempre inevitável o desaparecimento de uma Geórgia independente.

⁴⁴ Depois de 1991, estava em causa a recusa da Geórgia em pertencer à Comunidade de Estados Independentes, patrocinada e controlada pela Rússia.

⁴⁵ Richard Pipes, *op. cit.*, p. 164.

⁴⁶ Richard Pipes, *The Formation of the Soviet Union: Communism and Nationalism, 1917-1923*, 3.a ed. (1.a ed. 1954), Cambridge, Massachusetts e Londres, Harvard University Press, 1997, pp. 193-241; Richard Pipes, *Russia Under The Bolshevik Regime, 1919-1924*, s.e., Londres, The Harvill Press, 1997, pp. 159-165; Orlando Figes, op. cit., pp. 711-716; E. H. Carr, *Historia de la Rusia Soviética. La Revolución Bolchevique (1917-1923)*, 3, *La Rusia soviética y el mundo*, 3.a ed., Madrid, Alianza Editorial, 1985, passim; M. S. Anderson, op. cit., pp. 362-363 e 369.

⁴⁷ Merle Fainsod, *How Russia is Ruled*. 2.a ed. revista, Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 1963, passim.

⁴⁸ Por colectivização, num período compreendido entre 1929 e 1932, entenda-se a abolição efectiva da propriedade privada da terra e a concentração do campesinato remanescente em explorações agrícolas «colectivas» sob controlo do Partido Comunista. A outra face da colectivização foi a liquidação e deportação do, à data já praticamente inexistente, campesinato médio russo, os kulaks.

⁴⁹ John B. Dunlop, op. cit., pp. 49-51 e Robert Conquest, *The Harvest of Sorrow: Soviet Collectivization and the Terror-Famine*, s.e., Nova Iorque e Oxford, Oxford University Press, 1986, pp. 219 e ss.

⁵⁰ As incursões levadas a cabo pelos «rebeldes» ou «bandidos» caracterizavam-se pelo roubo do mais variado tipo de bens, a começar pelo gado, e pela eliminação física de funcionários do Partido Comunista ou do governo.

⁵¹ Michael Jabara Carley, *1939: The Alliance That Never Was and the Coming of World War II*, s.e., Chicago, Ivan R. Dee, 1999, p. 236 e pp. 242-244. Gabriel Gorodetsky, *Grand Delusion. Stalin and the German Invasion of Russia*, s.e., New Haven e Londres, Yale University Press, 1999, pp. 113-114.

⁵² Alan Clark, *Barbarossa. The Russian-German Conflict. 1941-1945*, s.e., s.l., Phœnix, 1995, passim.

⁵³ John Erickson, *The Road to Stalingrad. Stalin's War With Germany*: Londres, Weidenfeld, 1993, pp. 378-379.

⁵⁴ John Erickson, *The Road to Berlin. Stalin's War With Germany*: Londres, Phoenix Giants, 1996, p. 403. Richard J. Overy, *Russia's War*, 1.a ed., s.l., Allen Lane – The Penguin Press, 1998, pp. 233-234. Ver ainda Robert Conquest, *Stalin: Breaker of Nations*, s.e., s.l., Penguin Books, 1991, pp. 258-259. John B. Dunlop, op. cit., pp. 67-68.

⁵⁵ Sobre este e outros temas quentes da Guerra Fria no Próximo e Médio Oriente ver Bruce Robellet Kuniholm, *The Origins of the Cold War in the Near East. Great Power Conflict and Diplomacy in Iran, Turkey, and Greece*, s.e., New Jersey, Princeton University Press, 1994.

⁵⁶ Henry Kissinger, *Diplomacy*, s.e., Nova Iorque, Simon & Schuster, 1994, p. 807. Para a guerra entre arménios e azeris a propósito da questão de Nagorno-Karabakh, David Rieff, «Nagorno-Karabakh: Case Study in Ethnic Strife», in *Foreign Affairs*, Março-Abril, 1997, pp. 118-132 e Edward Walker, «Contested Sovereignty in Chechnya, Abkhazia, and Karabakh», in Gary K. Bertsch et alia, *Crossroads and Conflict. Security and Foreign Policy in the Caucasus and Central Asia*, s.e., Nova Iorque e Londres, Routledge, 2000, pp. 152-187. Para a Geórgia, David Darchiashvili, «Trends of Strategic Thinking in Georgia. Achievements, Problems and Prospects», idem, *ibidem*, pp. 66-74 e Ghia Nodia, «A New Cycle of Instability in Georgia. New Troubles and Old Problems», *ibidem*, pp. 188-203.

⁵⁷ As hostilidades cessaram em 1993, quando a Geórgia reviu a sua posição e concordou integrar a CEI em Outubro daquele ano.

⁵⁸ Zbigniew Brzezinski, *The Grand Chessboard. American Primacy and Its Geostrategic Imperatives*, s.e., s.l., Basic Books, 1997, p. 37.

⁵⁹ «Em geral, dois tipos de Estados apresentam uma sensibilidade excessiva para distinguir ameaças de segurança: aqueles realmente ameaçados e aqueles que enfrentam a possível perda de uma segurança usual ou de baixo custo». Paul W. Schroeder, *op. cit.*, p. 242.